

ANEXO II

Raça bovina Frísia

Acção realizada	Montante por acção — Euros	Nível de ajuda — Porcentagem
Inscrição no Livro Genealógico	0,85	70
Exames de paternidade — determinação de hemótipo	7,67	
Exames de paternidade — análise de ADN	23,02	
Registos de paternidade provenientes das inseminações artificiais	0,35	
Classificação morfológica	12,35	

Raças bovinas Frísia e autóctones

Acção realizada	Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes — Euros	Beira Litoral e Beira Interior — Euros	Ribatejo e Oeste, Alentejo e Algarve — Euros	Nível de ajuda — Porcentagem
Contraste AT4	20,89	21,07	16,60	70
Contraste A4	32,09	37,05	29,16	

Direcção-Geral de Protecção das Culturas

Despacho n.º 2200/2005 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 19.º e no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 15 de Outubro, mantidos em vigor pelo estabelecido no n.º 1 do artigo 62.º do Decreto-Lei n.º 124/99, de 20 de Abril, nomeio o seguinte júri para as provas de acesso à categoria de investigador auxiliar, na área de Fitiatria, requeridas pela assistente de investigação Esmeraldina do Nascimento Agostinho de Sousa:

Presidente — Doutor António Manuel Pereria Lavadinho, investigador principal e presidente do conselho científico da Direcção-Geral de Protecção das Culturas, por delegação do director-geral.

Vogais:

Doutor Óscar Amaro de Sequeira, investigador-coordenador aposentado do Instituto Nacional de Investigação Agrária.

Doutor José Constantino Sequeira, investigador-coordenador do Instituto Nacional de Investigação Agrária.

Prof. Doutor Gustavo Nuno Barbosa Nolasco, professor associado da Universidade do Algarve.

Engenheira Amélia Vitória de Melo Frazão Santos Moreira, investigadora principal aposentada da Direcção-Geral de Protecção das Culturas (orientadora).

Doutora Diamantina Guerreiro Pereira Louro Rodrigues, investigadora principal da Direcção-Geral de Protecção das Culturas.

A data e o local da realização das provas de acesso serão marcados por edital do presidente do júri.

17 de Janeiro de 2005. — O Director-Geral, *C. São Simão de Carvalho*.

Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral

Despacho n.º 2201/2005 (2.ª série). — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, estabelece, no n.º 1 do artigo 20.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia é efectuado por escolha de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que o licenciado Carlos Domingos Rebelo, assessor principal da carreira de engenheiro, possui a experiência profissional e a competência técnica adequadas às exigências do cargo de director de Serviços de Planeamento e Política Agro-Alimentar;

Nomeio, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, o licenciado Carlos Domingos Rebelo para o cargo de director de serviços de Planeamento e Política Agro-Alimentar, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

3 de Janeiro de 2005. — O Director Regional, *Leonel Amorim*.

ANEXO

Curriculum vitae

1 — Dados pessoais:

Nome — Carlos Domingos Rebelo;

Idade — 50 anos;

Naturalidade — Santarém;

Nacionalidade — portuguesa.

2 — Formação académica:

1983 — licenciatura em Agronomia, na Universidade Técnica de Lisboa.

3 — Experiência profissional:

Iniciou funções em 2 de Novembro de 1981, no Gabinete de Planeamento da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral, onde efectuou estágio curricular até 30 de Abril de 2002, e a partir desta data passou a desempenhar funções no âmbito da preparação, execução e acompanhamento dos programas de pré-adesão e da utilização das linhas de crédito do programa «PROCALER»;

Chefe da Divisão de Análise e Projectos do Gabinete de Planeamento da DRABL entre Julho de 1988 e Junho de 1993 (v. *Diário da República*, 2.ª série, n.ºs 228, de 1 de Outubro de 1988, e 95, de 24 de Abril de 1991);

Director de serviços de Apoio ao Desenvolvimento Rural da DRABL entre Junho de 1993 e Julho de 1996 (v. *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, de 17 de Junho de 1993);

Membro da comissão paritária regional «MAPA-IFADAP», de análise de projectos de investimento ao abrigo do Regulamento (CEE) n.º 797/85, e das unidades regionais de gestão das medidas n.ºs 1 e 2 do PAMAF;

Director de serviços de Planeamento e Política Agro-Alimentar da DRABL desde Outubro de 2000 (v. despacho n.º 2311/2000, in *Diário da República*, 2.ª série, n.º 262, de 13 de Outubro de 2000).

Despacho n.º 2202/2005 (2.ª série). — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, estabelece, no n.º 1 do artigo 20.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia é efectuado por escolha de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que o licenciado Joaquim Manuel Coelho Grosso, assessor principal da carreira de médico veterinário, possui a experiência profissional e a competência técnica adequadas às exigências do cargo de chefe de divisão de Intervenção Veterinária de Leiria;

Nomeio, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, o licenciado Joaquim Manuel Coelho Grosso para o cargo de chefe de divisão de Intervenção Veterinária de Leiria, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

4 de Janeiro de 2005. — O Director Regional, *Leonel Amorim*.

Curriculum vitae

1 — Dados pessoais:

Nome — Joaquim Manuel Coelho Grosso;
Idade — 61 anos;
Naturalidade — Abrantes;
Nacionalidade — portuguesa.

2 — Formação académica — licenciatura em Medicina Veterinária na Universidade Técnica de Lisboa, em 1974.

3 — Experiência profissional:

- 1974 — estágio de seis meses em inspecção sanitária, sendo três meses no matadouro frigorífico de Lisboa e o restante tempo no matadouro de aves de Alvalade, DOCAPESCA de Pedrouços e central pasteurizadora de leite de Lisboa;
1975 — nomeado médico veterinário municipal do Bombarral, mantendo-se nesse cargo até 15 de Novembro de 1976;
1976 — contratado como médico veterinário de 3.ª classe da Direcção-Geral dos Serviços Pecuários;
1978 — integrado no quadro único do ex-Ministério da Agricultura e Pescas como médico veterinário de 2.ª classe;
1982 — promovido a médico veterinário de 1.ª classe do quadro único do ex-Ministério da Agricultura e Pescas;
1988 — nomeado técnico superior principal da carreira de médico veterinário do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste;
1993 — nomeado assessor da carreira de médico veterinário do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral;
2000 — nomeado assessor principal da carreira de médico veterinário do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral;
2003 — nomeado, em regime de substituição, chefe de divisão de Intervenção Veterinária de Leiria, do quadro de pessoal da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral.

Durante a sua carreira trabalhou em inspecção sanitária, higiene pública veterinária, profilaxia da raiva, campanhas de saneamento dos bovinos leiteiros e castas não leiteiras, campanha de peste suína africana, inscrição de bovinos no Livro Genealógico, no plano de erradicação acelerada da PSA e da PSC e em suinicultura, que tem sido a sua actividade principal, procedendo a licenciamentos, vistorias, nomeadamente no âmbito do bem-estar animal, pareceres e projectos de novas explorações e centros de agrupamento de suínos, trânsito e sanidade suinícola, planos de controlo e erradicação da doença de Aujeszky e processos de contra-ordenação.

Despacho n.º 2203/2005 (2.ª série). — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, estabelece, no n.º 1 do artigo 20.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia é efectuado por escolha de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que a licenciada Maria da Graça Rei Alves Mendes Gonçalves, inspectora superior, da carreira de inspecção superior, do quadro de pessoal da Inspeção-Geral das Actividades Económicas, possui a experiência profissional e a competência técnica adequadas às exigências do cargo de chefe da Divisão de Fiscalização dos Produtos de Origem Animal;

Nomeio, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, a licenciada Maria da Graça Rei Alves Mendes Gonçalves no cargo de chefe da Divisão de Fiscalização dos Produtos de Origem Animal, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Janeiro de 2005. — O Director Regional, *Leonel Amorim*.

Curriculum vitae

1 — Dados pessoais:

Nome — Maria da Graça Rei Alves Mendes Gonçalves;
Idade — 41 anos;
Naturalidade — Vila Franca de Xira;
Nacionalidade — portuguesa.

2 — Formação académica:

1986 — licenciatura em Medicina Veterinária, na Universidade Técnica de Lisboa.

3 — Experiência profissional:

Iniciou a sua actividade profissional em Novembro de 1986 na ex-Junta Nacional dos Produtos Pecuários, no Matadouro

Industrial de Alcains, onde procedia à classificação de carcaças de bovino e suíno e à atribuição do seguro de reses de todas as espécies ali abatidas;

Ingressou no quadro de pessoal da carreira técnica superior da Direcção-Geral de Inspeção Económica, em 11 de Maio de 1987, em Coimbra, na categoria de técnico superior de 2.ª classe, onde procedia à inspecção e exames periciais dos géneros alimentícios de origem animal;

Em 2 de Fevereiro de 1993 transitou para a carreira de inspecção superior da Inspeção-Geral das Actividades Económicas, por despacho do Secretário de Estado da Distribuição e Concorrência, na categoria de inspector, onde exercia as funções inerentes ao cargo, na área de intervenção da Direcção Regional do Centro da IGAE. Em 14 de Abril de 1994 ascende à categoria de inspector principal;

Desde 1 de Abril de 2001, encontra-se em comissão de serviço a exercer o cargo de chefe da Divisão de Fiscalização dos Produtos de Origem Animal da Direcção Regional de Agricultura da Beira Litoral;

Em 21 de Junho de 2002 foi promovida à categoria de inspector superior do quadro de pessoal da IGAE.

Despacho n.º 2204/2005 (2.ª série). — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, estabelece, no n.º 1 do artigo 20.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia é efectuado por escolha de entre funcionários dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que o licenciado Marco Paulo do Vale Matos Correia, técnico superior de 1.ª classe, da carreira técnica superior, possui a experiência profissional e a competência técnica adequadas às exigências do cargo de chefe da Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental;

Nomeio, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 20.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, o licenciado Marco Paulo do Vale Matos Correia para o cargo de chefe da Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

7 de Janeiro de 2005. — O Director Regional, *Leonel Amorim*.

ANEXO

Curriculum vitae

1 — Dados pessoais:

Nome — Marco Paulo do Vale Matos Correia;
Idade — 33 anos;
Naturalidade — Coimbra;
Nacionalidade — portuguesa.

2 — Formação académica:

1996 — licenciatura em Ciências do Desenvolvimento e Cooperação, na Universidade Moderna, em Lisboa.

3 — Experiência profissional:

Em 1987 (Julho) prestou serviço na ex-Zona Florestal do Pinhal na limpeza de povoamentos florestais durante 20 dias;

De 1988 a 1991 colaborou com o Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade de Coimbra no estudo de características físicas de combustíveis florestais, no âmbito de um projecto de investigação sobre a propagação dos incêndios florestais;

De 1988 a 1994 (meses de Maio-Junho a Setembro-Outubro) prestou serviço no Centro de Prevenção e Detecção de Incêndios da Lousã, na ex-Zona Florestal do Pinhal, desempenhando tarefas na área de detecção de incêndios, comunicações, informática na óptica do utilizador e tratamento de informação para fins estatísticos;

No dia 1 de Fevereiro de 1995 ingressou na ex-DFBL, contratado em regime de aquisição de serviços para exercer funções equivalentes a técnico superior de 2.ª classe, da carreira técnica superior, na ex-Divisão de Ordenamento Florestal e Apoio à Propriedade Florestal Privada, onde colaborou com a estrutura de apoio da Unidade Regional de Gestão Sectorial, no âmbito do PAMAF, medida n.º 3, «Florestas — programa de desenvolvimento florestal»;

Durante os meses de Maio a Outubro prestou, simultaneamente, assistência técnica à ex-Divisão de Protecção e Conservação Florestal, na estrutura operacional do sistema de prevenção, detecção e vigilância, nomeadamente no Centro de Prevenção e Detecção de Incêndios Florestais da Lousã;